



Encontros Bibl: revista eletrônica de
biblioteconomia e ciência da informação

E-ISSN: 1518-2924

bibli@ced.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Duarte Dias, Geneviane; da Silva, Terezinha Elisabeth; Nogueira Cervantes, Brígida Maria
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES PARA DOCUMENTOS ELETRÔNICOS:
TENDÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Encontros Bibl: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, vol. 17, núm. 34, mayo-agosto, 2012, pp. 42-56
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14723061005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

 redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Encontros Bibl: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 17, n. 34, p.42-56, maio./ago., 2012. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2012v17n34p42

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES PARA DOCUMENTOS ELETRÔNICOS: TENDÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Geneviane Duarte Dias¹
Terezinha Elisabeth da Silva²
Brígida Maria Nogueira Cervantesⁱⁱⁱ

Resumo: Este artigo apresenta os conceitos e as características da política de desenvolvimento de coleções. Em seguida, explora as definições e as peculiaridades que constituem um documento eletrônico, bem como suas vantagens e aplicações. Por fim, revela como as bibliotecas universitárias nacionais e internacionais estão trabalhando com a política de desenvolvimento de coleções para documentos eletrônicos, identificando um crescimento relevante e a expansão das políticas referentes aos documentos eletrônicos, ainda em evolução.

Palavras-chave: Desenvolvimento de Coleções. Documentos Eletrônicos.

COLLECTION DEVELOPMENT POLICY FOR ELECTRONIC DOCUMENTS: NATIONAL AND INTERNATIONAL TENDENCIES

Abstract: This article shows the concepts and characteristics regarding the collection development policy. Then, it explores the definitions and peculiarities that constitute an electronic document as well as its advantages and applications. Finally, it reveals how national and international universities' libraries are working with the collection development policy for electronic documents, identifying a significant growth and expansion of policies relating to electronic documents, still evolving.

Keywords: Collections Development. Electronic Documents.



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](#)

¹ Universidade Estadual de Londrina. genevianeduarte@gmail.com.

² Universidade Estadual de Londrina. telis@uel.br.

ⁱⁱⁱ Universidade Estadual de Londrina. brigidacervantes@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), é fundamental inferir que as atividades que envolvem o Desenvolvimento de Coleções transformaram-se substancialmente, e que ao modelo utilizado para esse desenvolvimento foram adicionados elementos resultantes da explosão tecnológica, como, por exemplo, os documentos eletrônicos. “Não há precedentes na história da humanidade de um documento que ofereça, em questão de segundos, tantos recursos de edição e recuperação de dados.” (WEITZEL, 2000, p. 3).

Tal circunstância tornou possibilidades reais com as quais temos que conviver e como consequência decorre a dificuldade primordial na elaboração das Políticas de Desenvolvimento de Coleções, antes desenvolvidas especificamente para materiais tradicionais e, atualmente, também para documentos eletrônicos. O contexto digital é uma realidade inquestionável, “[...] onde a quantidade de informação e de pessoas à procura de informação sinaliza para uma necessidade ainda maior de que especificidades dessa natureza sejam observadas.” (DIAS, 2001, p. 7)

Considerando o exposto e a diversidade de manifestações sobre o tema, faz-se necessário lançar um olhar criterioso sobre a política de desenvolvimento de coleções para os documentos eletrônicos. Nessa perspectiva, este estudo tem por objetivos: apresentar os conceitos já existentes sobre a política de desenvolvimento de coleções e as características destas; em seguida, ressaltar as definições e as peculiaridades dos documentos eletrônicos, bem como suas vantagens e aplicações; e, depois, explorar as tendências nacionais e internacionais que regem o desenvolvimento de coleções para documentos eletrônicos.

2 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

O termo desenvolvimento de coleções refere-se ao processo de, sistematicamente, construir coleções de bibliotecas para servirem ao estudo, ensino, à pesquisa e a outras necessidades pertinentes aos usuários de uma biblioteca, tornando-se a mediadora entre os materiais de informação e a comunidade universitária. Nesse sentido, Klaes (1991, p. 31) acentua que “o desenvolvimento de coleções constitui uma das atividades mais importantes, na medida em que dela depende a provisão dos recursos informacionais da biblioteca [...]. A

denominação acervo/coleção bibliográfica compreende a reunião parcial ou total dos documentos disponibilizados à comunidade, independentemente do suporte ou formato em que a informação pode se apresentar (impresso, eletrônico ou digital). É essencial reconhecer a relevância do desenvolvimento de coleções no processo de planejamento e tomada de decisão em uma biblioteca.

Em decorrência das reflexões apresentadas, devemos considerar que a coleção deve ser desenvolvida com base em um plano pré-estabelecido que garanta sua continuidade e adequação necessárias à formação da coleção. Para que a coleção seja multidisciplinar e atenda de maneira eficaz aos usuários de todas as áreas do conhecimento, se faz necessária a implementação de “[...] um documento administrativo oficializado perante os dirigentes da instituição designado ‘Política de Desenvolvimento de Coleções’ [...]”. (MIRANDA, 2007, p. 6).

Esse documento é um plano diretor de cunho criterioso, o qual irá nortear a formação e expansão do acervo bibliográfico, oferecendo subsídios referentes às decisões de seleção, aquisição, desbastamento e avaliação. Visa também conduzir as atividades ligadas a essas práticas, para que a coleção esteja intrinsecamente conectada com a missão e os objetivos da instituição. A política deve expressar o interesse comum da instituição que a mantém e da comunidade a que serve, assim como viabilizar um olhar estratégico sobre as coleções, os serviços e os usuários de uma biblioteca. Dessa forma, “[...] a missão, os objetivos e metas da biblioteca estarão em consonância com a missão, objetivos e metas da instituição mantenedora.” (WEITZEL, 2006, p. 40).

A política de desenvolvimento de coleções justifica-se por evitar que a coleção se transforme em um agrupamento desajustado de documentos e por garantir a manutenção dos critérios, além da permanência física dos profissionais responsáveis pelas decisões, auxiliando nos momentos em que o bibliotecário deve decidir entre um item ou outro. A política fornecerá

[...] uma exposição do estado geral da coleção, demonstrando o método para alcançar os objetivos e dar subsídios para os bibliotecários argumentarem com as autoridades superiores, tanto para a liberação de novas aquisições como para recusas incoerentes. (MIRANDA, 2007, p. 7)

Outra justificativa prática no contexto apresentado é que a política de desenvolvimento de coleção impedirá que a biblioteca seja dirigida por eventos ou por entusiasmos individuais e evitará um jogo casual de recursos, que podem não apoiar a missão da biblioteca. Em consonância com o exposto, Weitzel (2006, p. 18) enfatiza que a política de desenvolvimento de coleções é

[...] um instrumento importante para desencadear o processo de formação e crescimento de coleções, constituindo-se num documento formal elaborado pela equipe responsável pelas atividades que apoiam o processo de desenvolvimento de coleções como um todo.

Miranda (2007) ressalta que antes do processo de construção da política, faz-se necessário o estabelecimento de alguns preparativos. Para o alcance efetivo das metas e objetivos da política, é essencial considerar os seguintes passos: a) identificação da missão e objetivos institucionais; b) perfil da comunidade; c) perfil das coleções; d) descrição das áreas e formatos cobertos pela biblioteca; e) descrição das etapas de processo de desenvolvimento de coleções; f) detalhamento de outros aspectos importantes; g) documentos correlatos; e h) avaliação da política. “Dessa forma, a política de desenvolvimento de coleções é um instrumento necessário para garantir a consistência e permanência do processo de desenvolvimento de coleções em uma biblioteca.” (WEITZEL, 2006, p. 18)

Paralelamente, durante o processo de construção da política é necessário que sejam estabelecidos objetivos, visando um maior direcionamento à composição do acervo. Miranda (2007, p. 7) argumenta que se devem considerar os seguintes princípios:

Quadro 1 – Princípios para o estabelecimento da Política de Desenvolvimento de Coleções.

PRINCÍPIOS PARA ESTABELECIMENTO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	Possibilitar um crescimento racional e equilibrado do acervo de forma qualitativa e quantitativa;
	Garantir a continuidade e a adequação necessárias à formação da coleção;
	Determinar os critérios para duplicação de títulos;
	Estabelecer as prioridades de aquisição de material;
	Conhecer as necessidades dos usuários, através da análise de uso das coleções e sua atualidade;
	Estabelecer critérios para intercâmbio de materiais informacionais;
	Acompanhar o surgimento dos novos suportes de informação, não se limitando apenas ao suporte em papel;
	Buscar atender a todas as sugestões, deixando o solicitado informado da aquisição ou não do item sugerido;
	Identificar critérios para recebimento de doações, descarte e reposição de material.

Fonte: Adaptação de Miranda (2007).

A política deverá ser revisada a cada dois anos pela Comissão de Biblioteca com “[...] a finalidade de garantir a sua adequação à comunidade acadêmica e aos objetivos da

instituição.” (MIRANDA, 2007, p. 7). Recomenda-se que essa comissão seja formada por um bibliotecário, responsável pela unidade de informação; um representante das principais áreas de atuação da instituição à qual está diretamente subordinada; e um representante da área administrativa, preferencialmente setor de compras. A política deve ser proposta por uma comissão formada por profissionais, usuários e assessores, devidamente analisada e aprovada pelos órgãos competentes. Convém ressaltar que a política de desenvolvimento de coleções deverá ser revisada pela equipe competente, com a finalidade de garantir sua adequação à comunidade universitária, à missão da biblioteca e aos objetivos da instituição mantenedora (VERGUEIRO, 1989).

O desenvolvimento das TIC veio transformar o mundo, abrindo as portas para a transmissão do conhecimento. Nessa perspectiva, surgem os documentos eletrônicos, alterando a forma de como acessamos e recuperamos a informação. Uma parcela cada vez maior de informações e documentos em formato eletrônico, que não podem ser mensurados, tem ganhado cada vez mais adeptos em todo o mundo. É necessário sublinhar que esse fenômeno aumentou substancialmente os desafios de construção e implementação da política de desenvolvimento de coleções.

3 DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

Há uma variação de suportes, de apresentação e de recuperação da informação. As instituições estão produzindo, transformando e adaptando seus documentos em formato eletrônico: livros, periódicos, bases de dados, planilhas, imagens, gravações sonoras, material gráfico, fotografia, páginas da *Web*, entre outros. Pédaque (2003, p. 9, tradução nossa) realça que “a forma eletrônica está revolucionando o conceito de documento.” Essa multiplicidade faz com que a biblioteca universitária ocupe um nicho importante na vida acadêmica, assessorando na produção do conhecimento. Segundo Cunha (2000, p. 82), as necessidades informacionais da sociedade determinam as aplicações do conhecimento provocado nas universidades e “essa gama de atividades certamente tem reflexos na biblioteca universitária, especialmente no acervo e na provisão de produtos e serviços.”

As publicações eletrônicas nas suas mais variadas formas (*e-books*, e-jornais, e-impressões, bancos de dados, páginas on-line de hipertexto, CD-ROM) transformaram substancialmente os meios de comunicação nos quais as informações podem se apresentar.

“Hoje, a informação demandada pelo usuário poderá estar em qualquer formato, e estar localizada em qualquer parte do mundo.” (LIMA, 2004, p. 5). Alvarenga (2001, p. 7) afirma que as transformações não se detêm aos conteúdos nem à essência das mensagens veiculadas, mas sim nas formas e nos meios “[...] através dos quais os documentos passaram a ser produzidos e registrados: um meio mais leve, ágil e dinâmico em suas possibilidades de processamento e comunicação.”

Na concepção de Lacorte (2006), o documento eletrônico é uma unidade de registro de informações, acessível por meio de um equipamento eletrônico. No entendimento de Peixoto (2001), os documentos eletrônicos podem ser entendidos como a representação material de uma dada manifestação do pensamento, sendo, contudo, fixada em um suporte eletrônico. Complementando tais pensamentos, Pédaque (2003, p. 9) propõe uma definição para documento eletrônico como sendo um “[...] conjunto de dados organizados numa estrutura estável baseada em regras de formatação que permite a leitura tanto pelo designer quanto pelos leitores.”

Segundo Lima (2004), os documentos eletrônicos são informações manipuladas e armazenadas com o uso do computador ou outro dispositivo móvel, portanto estão intrinsecamente ligados à estrutura tecnológica na qual estão inseridos, sendo impossível consultá-los fora desse ambiente. As mudanças estruturais no processo informacional ocasionadas pela digitalização dos documentos e pela comunicação eletrônica trouxeram impactos definitivos na configuração destes. O texto eletrônico “[...] acelera o tempo e concatena contextos, encadeando e justapondo diferentes documentos, compartilhando o mesmo espaço de produção e, às vezes, alterando sua produção.” (LIMA, 2004, p. 17). Ademais, um documento eletrônico pode conter figuras, gráficos, dados estruturados, representações dependentes do tempo, como filmes, programas computacionais, dentre outras formas de visualização.

Moyano (2004, tradução nossa) afirma que os documentos eletrônicos podem ser classificados como documentos de nascimento digital e documentos digitalizados. Os documentos de nascimento digital são aqueles que foram criados diretamente neste formato, tais como um documento gerado em um processador de texto ou em uma página da *Web*. Aos documentos digitalizados, por sua vez, relacionam-se os documentos já existentes no mundo analógico, mas que foram transformados em versões eletrônicas pelas tecnologias digitais. Como exemplo, livro após ser digitalizado torna-se um arquivo *Portable Document Format* (PDF).

Para Alves (2004, p. 20), a principal característica dos documentos eletrônicos e do acréscimo exponencial na sua utilização “[...] é sua estrutura organizacional, que torna mais rápida sua produção, seu armazenamento e sua disseminação, quando comparado com documentos convencionais elaborados em papel.” Segundo a autora, a utilização de documentos eletrônicos apresenta várias vantagens, tais como: possibilidade de armazenamento de grandes quantidades de informações, acesso simultâneo e ilimitado em qualquer momento ou lugar, e acesso aos textos completos.

Fujita (2005) chama a atenção sobre as diferenças mais substanciais entre o documento eletrônico e o impresso. Além da diferença de formato, o documento eletrônico possibilita o acesso multiusuário, enquanto o documento impresso nunca estará acessível para todos ao mesmo tempo e nem estará próximo de todos os usuários como o documento eletrônico. Ademais, o documento eletrônico pode ser acessado por um computador pessoal a qualquer tempo e em qualquer localização.

Por outro lado, não podemos esquecer as questões relativas à segurança e validade desses materiais eletrônicos. De acordo com a *Digital Libraries Federation* (2002, tradução nossa), o ponto de partida é a definição de uma reprodução fiel digital. Esse conceito implica que o documento resultante deve atender à três características essenciais: a permanência, qualidade e interoperabilidade. Assim, o documento eletrônico com a devida firma digital aposta é seguro, confiável, melhor administrável no sentido do seu armazenamento e recuperação, e a sua comunicação é muito mais eficiente e rápida, além de segura. Weitzel (2000, p. 3) enfatiza que, apesar de todos os benefícios desses recursos eletrônicos, eles podem facilitar alterações nas informações. “Com estas possibilidades, tanto pode-se alterar o conteúdo quanto perdê-lo – seja por violação ou uso inadequado dos recursos do *software* seja pela vida útil do próprio formato ou dos limites do *hardware* e *software*.”

Silva (2009) ressalta que para comprovar a fidedignidade dos documentos eletrônicos é necessário que eles apresentem um conjunto de elementos que controle o grau de completude de sua forma intelectual e dos procedimentos de criação, tais como: data do documento, hora e lugar da criação, transmissão e recebimento, identificação do nome do autor, destinatário e escritor, nome (ou timbre) do criador, título ou assunto, código de classificação e qualquer outro elemento exigido pelos procedimentos do criador e/ou sistema jurídico. Logo, para que a plena eficácia probatória do documento eletrônico seja efetiva e eficaz, é preciso que ele possua a capacidade de armazenar informações de forma que impeça ou permita detectar violações e adulteração do seu conteúdo. (CASTRO, 2002).

É evidente como a tecnologia modificou os meios pelos quais fornecemos acesso aos recursos informacionais, esquadrinhando documentos, manuscritos, fotografias, exposições, música e outros itens físicos, antigamente inimagináveis. Na concepção de Alvarenga (2001, p. 7), a evolução dos diferentes veículos de comunicação e a mudança para o meio digital possibilitaram a disponibilização dos “[...] documentos multimídia completos, num espaço amplo e interconectado de acesso remoto, assim como a capacidade de memória e a expansão das relações entre documentos e componentes intervenientes nos conceitos neles expressos.”

Infere-se que o uso dos documentos eletrônicos é uma realidade e deve ser considerado como um aliado poderoso no avanço quanto à organização, ao tratamento e à disseminação da informação. Os documentos em meio eletrônico podem ser considerados como uma nova forma de apresentação da informação. “O documento eletrônico vem ganhando espaço no dia a dia não só dos profissionais bibliotecários, mas também no cotidiano dos usuários da biblioteca e do público em geral.” (ALVES, 2004, p. 28).

4 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES PARA DOCUMENTOS ELETRÔNICOS: TENDÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

A política de desenvolvimento de coleções, por excelência, constitui a pedra fundamental de toda coleção, seja ela física ou eletrônica, e é evidente que essa atividade está sofrendo alterações significativas em sua composição. Conforme Leroux (2007), o desafio que se coloca atualmente é o de desenvolver uma coleção pertinente e útil para uma comunidade de usuários em um contexto onde a escolha documentária é consideravelmente importante, embora os recursos financeiros, humanos e tecnológicos sejam limitados. Vergueiro (1997, p. 101) ressalta que os materiais impressos conviverão harmoniosamente com os materiais eletrônicos disponíveis e “[...] serão muitas as implicações para as atividades daqueles profissionais responsáveis pelo desenvolvimento das coleções.” Nesse contexto, o desenvolvimento de coleção deve considerar todos os formatos para inclusão na coleção, incluindo os documentos eletrônicos.

Evans e Saponaro (2000, tradução nossa) evidenciam que a política de desenvolvimento de coleções nos permite ter uma coleção eletrônica coerente, em harmonia com as demais existentes. Nesse viés, os autores afirmam que, ao se adquirir documentos eletrônicos, torna-se extremamente necessário: observar questões relativas a suporte técnico e

licenças; evitar duplicidade de informações; e considerar a facilidade de acesso, espaço de armazenagem, entre outros itens.

Na concepção de White e Crawford (1997, tradução nossa), uma política de desenvolvimento de coleção para documentos eletrônicos compreende os mesmos elementos que permeiam uma política tradicional, tais como: a) finalidade, missão e os objetivos da instituição; b) o nível de desenvolvimento de coleções, bem como as responsabilidades; c) a comunidade visada; d) os pontos fortes e fracos da coleção; e) a justificativa dos critérios de seleção e avaliação; f) as condições de desbastamento e de cooperação com as outras bibliotecas.

Weitzel (2006, p. 8) salienta que “[...] os princípios para desenvolvimento de coleções que regem os documentos impressos são os mesmos que regem os objetos digitais.” Paradoxalmente, Evans (1995, tradução nossa) recomenda que seja elaborada uma política específica para documentos eletrônicos. Al Fadhli e Johnson (2006, tradução nossa) expõem que tem havido discussões consideráveis na literatura referentes à forma de apresentação das políticas de desenvolvimento de coleções dedicadas aos documentos eletrônicos. Seria mais apropriado ter uma política distinta para recursos eletrônicos ou um documento de orientação política que combine as mesmas considerações de documentos impressos e eletrônicos?

Concomitantemente a essa questão, as maiores bibliotecas do mundo estão tendo seus acervos digitalizados, como é o caso da Biblioteca do Congresso Americano, da Biblioteca Nacional da França e da Biblioteca do Vaticano (BARBOSA, 2004). Uma enquete efetuada há alguns anos pela American Library Association (ALA) junto a 163 bibliotecas colegiais e universitárias americanas revelou que somente 21% desses estabelecimentos possuem política de desenvolvimento de suas coleções eletrônicas. Desse número, apenas 33% tornavam acessíveis tais políticas aos usuários (TRAW, 2000, tradução nossa).

Baseados no estudo realizado em seis unidades do Sistema de Bibliotecas da Universidade da Botswana, Adekanmbi e Boadi (2008, tradução nossa) acentuam que atualmente os bibliotecários devem estar atentos às novas tendências geradas pela inserção das tecnologias de comunicação e informação. Segundo os autores, os objetivos desse estudo foram investigar os fatores que militavam contra o desenvolvimento de coleção das bibliotecas da universidade e sugerir prováveis soluções. Teve como finalidade, também, descobrir as necessidades de informação dos estudantes e conferencistas da universidade, na intenção de levantar materiais de informação relevantes, visando sempre à missão da instituição. Adekanmbi e Boadi (2008, p. 275, tradução nossa) destacam que para atingir tais

objetivos, os bibliotecários responsáveis seguiram os seguintes modelos atuais do desenvolvimento de coleções:

- (i) identificação dos materiais e recursos de informação em todos os formatos;
- (ii) identificação de fontes alternativas de materiais não convencionais (documentos eletrônicos que compartilham possibilidades, licenças, entrega de documentos);
- (iii) gerência do orçamento de cada responsabilidade de área temática;
- (iv) avaliação e tendências;
- (v) criar e monitorar as medidas de desempenho (resultados);
- (vi) plano de aprovação de criação de *profiles* e monitoramento da realização dos planos;
- (vii) monitoramento de questões de política de informações;
- (viii) portais e caminhos de acesso à informação na Internet e;
- (ix) identificação de coleções locais que devem ser convertidas em formato eletrônico e colocadas à disposição na rede, entre outros. No que tange aos documentos eletrônicos, levantaram que a imensidão de títulos eletrônicos e a disponibilidade súbita de múltiplas fontes complicaram consideravelmente a seleção dos documentos eletrônicos.

Os autores consideraram também como aspecto relevante a falta de treinamento básico do pessoal de biblioteca que presta atendimento para o usuário e que faz uso desses recursos eletrônicos. Outro fator questionado foi o alto custo das publicações eletrônicas, os equipamentos e os suportes periféricos necessários, que elevam ainda mais os custos e a manutenção desse tipo de material. (ADEKANMBI; BOADI, 2008, tradução nossa).

Na Universidade da Carolina Norte (UNC), em Chapel Hill, o bibliógrafo ocidental europeu John Rutledge (1998) afirmou que o desenvolvimento de coleções está sendo redefinido institucionalmente e em níveis internacionais. Atualmente, é imprescindível informar-se cada vez mais sobre diversos assuntos e fatores, como espaço de servidor, sistemas operacionais, contratos, entre outros. Rutledge (1998) enfatizou que usa critérios de seleção - como qualidade e relevância - de livro impresso para recursos eletrônicos. Afirmou que também aplica critérios adicionais nesta atividade, como o *software*, por exemplo. (NISONGER, 1998, tradução nossa).

O estudo de caso realizado na Universidade de Bolonha, Itália teve como objetivo investigar como os bibliotecários estão dirigindo a integração de coleções de livros eletrônicos nas propriedades de suas bibliotecas, concentrando-se nas questões de critérios de seleção. Segundo Perrone (2009, tradução nossa), na Itália, a questão relacionada à difusão e disseminação de livros eletrônicos em bibliotecas acadêmicas e a política de desenvolvimento de coleções de livro eletrônico estão ainda em fases iniciais. Embora a adesão aos livros e aos jornais eletrônicos tenha sido comumente consolidada, algumas reservas ainda permanecem. “A literatura revela que só algumas universidades executaram ultimamente projetos sobre a

integração de coleções de livros eletrônicos nas suas propriedades.” (PERRONE, 2009, p. 306, tradução nossa).

Paralelamente, no Brasil, as bibliotecas vêm desenvolvendo esforços no sentido de depositarem seus registros em meio digital, disponibilizando-os na Internet, onde surgem como grandes catálogos e fortes provedores de informação. Grande parte das bibliotecas universitárias brasileiras já marca presença na rede, onde já disponibilizaram seus catálogos e serviços em sítios próprios. Sobressaem-se as bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Na área especializada, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) devem ser destacados pelo acervo e pela magnitude dos serviços prestados (BARBOSA, 2004). A Biblioteca Nacional apresenta-se também como destaque nesse novo contexto, disponibilizando diversos serviços no seu sítio, inclusive arquivos sonoros e de obras raras.

Ressalta-se a inestimável contribuição que as tecnologias de informação e da comunicação trouxeram ao processo de democratização da informação e de universalização dos acervos das bibliotecas, além da possibilidade de ampliação dos produtos e serviços oferecidos por essas instituições, presencialmente e a distância (BARBOSA, 2004).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as reflexões apresentadas, este trabalho evidenciou a importância do estudo da política de desenvolvimento de coleções para documentos eletrônicos. Nesse panorama, as bibliotecas universitárias são peças fundamentais e cabe a elas atender e suprir as demandas informacionais da sua comunidade universitária, cumprindo assim adequadamente suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para que a biblioteca universitária cumpra seu papel, é imprescindível que ela acompanhe as tendências atuais de acesso e recuperação da informação, resultantes do advento tecnológico. Os documentos eletrônicos, frutos da crescente tecnologia de comunicação e informação, tornaram-se uma realidade indissociável na sociedade contemporânea. Em razão disso, verifica-se a constante necessidade de adequação da temática Desenvolvimento de Coleções a essa nova realidade. Al Fadhli e Johnson (2006, tradução nossa) contribuem para qualificar a ideia acima apresentada afirmando que, para a efetivação

da política de desenvolvimento de coleções de documentos eletrônicos, é essencial um planejamento amplamente difundido, muito semelhante à política de documentos impressos.

Nessa direção, constatou-se que, embora a temática supramencionada seja muito discutida na atualidade, suas atividades especificamente relacionadas aos documentos eletrônicos ainda são incipientes, principalmente no Brasil. As instituições nacionais e internacionais estão trabalhando na elaboração de políticas de desenvolvimento de coleções para documentos eletrônicos, ainda que em fase inicial. Acredita-se que estudos futuros possam ampliar essa discussão e intensificar os estudos nas esferas da política de desenvolvimento de coleções para documentos eletrônicos.

REFERÊNCIAS

ADEKANMBI, A. R.; BOADI, B. Problems of developing library collections: a study of colleges of education libraries in Botswana. **Information Development**, Thousand Oaks, v. 24, n. 4, p. 275-288, nov. 2008. Disponível em: <<http://idv.sagepub.com.ez78.periodicos.capes.gov.br/content/24/4/275.full.pdf+html>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

AL FADHLI, M. S.; JOHNSON, I. M. Electronic document delivery in academic and research organizations in the gulf states: a case study in Kuwait. **Information Development**, Thousand Oaks, v. 22, n. 1, p. 32-47, mar. 2006. Disponível em: <<http://idv.sagepub.com.ez78.periodicos.capes.gov.br/content/22/1/32.full.pdf+html>>. Acesso em: 20. jan. 2011.

ALVARENGA, L. A Teoria do Conceito revisitada em conexão com ontologias e metadados no contexto das bibliotecas tradicionais e digitais. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 1-27, dez. 2001. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez01/Art_05.htm>. Acesso em: 10 set. 2011.

ALVES, R. C. V. Documento eletrônico e seu uso por profissionais bibliotecários de Marília. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 4, n. 2, p. 17-31, 2004. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/78/80>>. Acesso em: 15 set. 2011.

BARBOSA, M. L. A. A biblioteca e os bibliotecários como atores de políticas de informação voltadas para o desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2004, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/v_anais/frames.html>. Acesso em 22 jan. 2011.

CASTRO, A. A. O documento eletrônico e a assinatura digital: uma visão geral. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 6, n. 54, fev. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2632>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

CUNHA, M. B. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2000. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/269/237>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

DIAS, E.W. Contexto digital e tratamento da informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 1-12, out. 2001. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out_01/F_I_aut.htm>. Acesso em: 25 fev. 2011.

DIGITAL LIBRARIES FEDERATION. **Benchmark for faithful digital reproductions of monographs and serials**. Chicago: Digital Library Federation, 2002. Disponível em: <<http://www.diglib.org/standards/bmarkfin.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

EVANS, G. E. **Developing library and information center collections**. 3.ed. Englewood: Libraries Unlimited, 1995.

EVANS, G.; SAPONARO, M. Z. **Developing library and information center collections**. 4. ed. Englewood: Libraries Unlimited. 2000.

FUJITA, M. S. L. A biblioteca digital no contexto da gestão de bibliotecas universitárias: análise de aspectos conceituais e evolutivos para a organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2005. Disponível em:<http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/MariangelaFujita.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2011.

KLAES, R. R. **Dados e informações usados na tomada de decisão em bibliotecas universitárias brasileiras**: o contexto da atividade de desenvolvimento de coleções. 1991. 271 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) - Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

LACORTE, C. V. C. A validade jurídica do documento digital. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 10, n. 1078, jun. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8524>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

LEROUX, E. Bibliotecas virtuais e desenvolvimento de coleções: o caso dos repertórios de sites Web¹. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n. 23, p. 1-14, jan./jun., 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/316/393>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

LIMA, G. A. B. O. **Mapa Hipertextual (MHTX)**: um modelo para organização hipertextual de documentos. 2004. 207 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/LHLS-6BUPG9/1/doutorado_gercina_angela_borem_de_oliveira_lima.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

MIRANDA, A. C. C. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 1-19, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/viewarticle.php?id=103&layout=abstract>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

MOYANO, G. W. **Sociedad de la Informacion**: metadatos y futuro de la Internet en la recuperación de información de calidad. In: EBERHARD, Rojas (Ed.). Bibliotecas & Tecnologías de la Información. 2004. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/7010/1/Art%C3%ADculo_Sociedad_de_la_Informaci%C3%B3n_y_Metadatos.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

NISONGER, T. E. **Playing the game while writing the rules**: the impact of electronic technology on collection development planning. Chicago: American Library Association, 1998.

PÉDAUQUE, R. T. **Document**: forme, signe et médium, les re-formulations du numérique. Technical report, STIC-CNRS, 2003. Disponível em: <http://archivesic.ccsd.cnrs.fr/docs/00/06/21/99/PDF/sic_00000511.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2011.

PEIXOTO, M. A.V. Documentos eletrônicos: a desmaterialização dos títulos de crédito. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 6, n. 52, nov. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2361>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

PERRONE, A. Electronic book collection development in Italy: a case study. **IFLA Journal**, Netherlands, v. 35, n. 4, p. 305-314, dez. 2009. Disponível em: <<http://ifl.sagepub.com.ez78.periodicos.capes.gov.br/content/35/4/305.full.pdf+html>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

SILVA, V. S. **Documento digital e os princípios arquivísticos**. 2009. 57 f. Monografia (Graduação em Arquivologia) - Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2009. Disponível em: <http://www.ici.ufba.br/twiki/pub/ICI/Arquivologia/Viviane_do_Sacramento_Silva.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2011.

TRAW, J. L. **Library web site policies**. Chicago: Association of College and Research Libraries, 2000.

VERGUEIRO, V. C. S. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

_____. O futuro das bibliotecas e o desenvolvimento de coleções: perspectivas de atuação para uma realidade em efervescência. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 1997. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/629/413>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

WEITZEL, S. R. Critérios para seleção de documentos eletrônicos na internet. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: FEBAB, 2000. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000816 / 01/T164.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

_____. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

WHITE, G. W.; CRAWFORD, G. A. Developing an electronic information resources collection development policy. **Asian Libraries**, Bingley.UK, v. 6, n. 1/2, p. 51-56, jan. 1997. Disponível em:
http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?_articleid=861022&show=abstract. Acesso em: 20 jan. 2011.